



As ciências sociais e os “três Dês” da cidade pós-Abril: desigualdade, desordenamento e a democracia. Quando as ciências sociais partiram em busca do que significava “democratizar” a sociedade portuguesa no pós-25 de Abril, a questão urbana colocou-se como dimensão/espço central dessa inquirição. Nos territórios da cidade-metrópole cruzavam-se carências herdadas do anterior regime e reivindicações de participação, redistribuição e planeamento, que fizeram do movimento social urbano um ator político central durante o PREC. Neste texto sistematizamos brevemente o percurso e o olhar das ciências sociais em Portugal no seu encontro com a questão urbana – os conceitos; os focos analíticos; e os processos sociais em que se centrou para dar conta do lugar da cidade na democracia portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: urbano; planeamento; habitação; ciências sociais; democracia.

Social sciences and the “three Ds” of the post-April city: inequality, disorder, and democracy. When the social sciences set out to explore what it meant to “democratise” Portuguese society after 25 April, the urban question emerged as a central dimension/space for this inquiry. In the metropolitan areas, the poverty and deprivation inherited from the previous regime intersected with demands for participation, redistribution and planning, turning the urban social movement into a central political actor during PREC. In this text, we briefly systematise the path and perspective of the social sciences in Portugal in their encounter with the urban question – the concepts; the analytical focuses; the social processes on which they centred to account for the city’s “place” in the Portuguese democracy.

KEYWORDS: urban; planning; housing; social sciences; democracy.

ANA DRAGO

As ciências sociais e os “três Dês” da cidade pós-Abril: desigualdade, desordenamento e a democracia

Tomando o conceito de democracia, Julia Paley colocava as boas perguntas: “De quem é este termo? O que é que o seu uso num contexto particular significa? Onde é que este termo surge e onde é que está ausente?” (Paley, 2002, p. 486). Indagar sobre o que foi feito do objetivo “democratizar” – eixo central do tripé dos “três Dês” do MFA em 1974 – exige um olhar que extravase a análise do edifício institucional e normativo do regime e que aposte em pluralizar os lugares, os processos e os atores desse processo. “Democratizar” aspira à ubiquidade. Deseja que a democracia se entranhe nas instituições; nos princípios normativos; nas regras do conflito político; nos direitos de cidadania; nas políticas públicas; e nos espaços de sociabilidade.

Para discutir esse processo-demanda, este texto escolhe, contudo, um foco limitado. Aqui tomamos a *questão urbana* como lugar analítico e, através dela, procuramos olhar brevemente para o modo como as ciências sociais portuguesas analisaram a democratização da sociedade portuguesa. Num segundo momento, procuramos ainda sistematizar alguns eixos de investigação que se colocam hoje no horizonte.

A formulação *questão urbana* parece-nos útil para este exercício. Desde logo porque evoca, deliberadamente, os debates em torno da questão social – a tradição intelectual de inquirição sobre conflito político e formas de integração das classes populares nas sociedades do capitalismo industrial –, analisando essa tensão nos espaços urbanos. No caso português, o foco sobre o urbano tem ainda três vantagens. Em primeiro lugar, permite olhar a monumental transformação da sociedade portuguesa na segunda metade do século xx, cerzida por processos de industrialização, urbanização, metropolização e, depois, de democratização, que se entrelaçaram no território. A partir de meados do século xx, Portugal *tornou-se urbano* – não há uma história do país que possa ignorar as tensões e as transformações vividas nesses territórios

urbano-metropolitanos (Ferreira, 1987b; Salgueiro, 1992; Baptista, 1999; Nunes, 2011). Em segundo lugar, permite atentar nas características singulares da transição democrática portuguesa. Poucos dias depois do golpe de 1974, a carência habitacional daqueles que, no pós-guerra, tinham protagonizado a “fuga contínua dos campos” para a cidade (Pereira, 1963, p. 52) fez-se sentir com a ocupação de casas, que se multiplicou nos meses seguintes. Nascia um movimento social urbano, estruturado por uma miríade de organizações de moradores e que foi uma das dimensões “originais” do caso português no panorama da “transitologia” democrática do Sul da Europa. A *questão urbana* foi o mote de uma *forma de participação popular* mobilizadora, assente em reivindicações que pretendiam erradicar a desigualdade política (pela participação) e social (pela redistribuição) da metrópole herdada do Estado Novo. Em terceiro lugar, o urbano-metropolitano é-nos também útil porque foi espaço de cruzamento dos saberes disciplinares das ciências sociais nas suas análises sobre a democratização portuguesa.

De forma expedita, diríamos que há dois conceitos que se destacam pela persistência na literatura das ciências sociais portuguesas sobre a relação entre o urbano e a democracia em Portugal – *desigualdade* e *desordenamento*. No período democrático, a história dos espaços urbanos é, repetidamente, aferida pelas carências habitacionais e pelo desordenamento urbano. A quase ubiquidade destes conceitos na literatura levanta (pelo menos) duas questões relevantes. Primeiro, se a privação habitacional urbana foi um mote mobilizador no pós-25 de Abril porque é que a demanda de “democratizar” a habitação pareceu fraquejar no período democrático? Segundo, porque é que a habitação foi o pilar mais fraco dos direitos sociais da cidadania democrática, que, ao contrário da saúde ou da educação, não alcançou níveis de provisão pública comparáveis a outros países europeus (Serra, 2019)?

DEPOIS DA REVOLUÇÃO: SUJEITOS POLÍTICOS E DEMOCRACIA NA CIDADE

A traços largos, nas ciências sociais, as respostas a estas perguntas trilharam dois caminhos. Um procurou analisar o que é que os sujeitos do conflito urbano fizeram pela democracia; e outro tratou de indagar as formas como o regime democrático respondeu aos desafios da questão urbana.

A primeira linha de resposta foi dada por autores que analisaram a mobilização urbana durante a transição, recontando e refletindo sobre a história da participação e a radicalidade dos movimentos de moradores em 1974-1976. Esses trabalhos podem agrupar-se em dois períodos – uma primeira vaga, que surge desde o PREC até meados dos anos 80, e que “faz as contas” ao período de

transição, querendo marcar e guardar o testemunho das lutas urbanas (Downs et al., 1978; Downs, 1983; Ferreira, 1975; 1986); e um segundo conjunto, surgido recentemente, marcando um novo impulso historiográfico que procura recuperar e refletir sobre formas de participação e orientações políticas que tenderam a ser esquecidas no processo de “normalização” da democracia portuguesa (Bandeirinha, 2007; Pinto, 2013; Drago, 2024; Santos, 2016). Apesar dessa distância temporal, as várias análises tendem a inscrever o movimento social urbano na disputa pelo perfil do regime entre 1974-1976, mostrando como esse movimento esteve no centro do projeto de democracia popular (Aliança Povo-MFA) e do conflito sobre como “deveria ser” a democracia portuguesa. O movimento de moradores – que fez as ocupações, as assembleias populares e as operações SAAL em múltiplas cidades do país – surge, assim, como um dos derrotados do 25 de Novembro. A mobilização popular urbana desvaneceu-se com a institucionalização do regime, a partir de 1976 (Pinto, 2013; Santos, 1990). No quadro destas leituras, com o desaparecimento do ator político que se batia pela participação política direta e pela apropriação da cidade, o conflito urbano esmorece. E, sem ele, o mote de “democratizar” a habitação perdeu fôlego.

Uma segunda linha de investigação, ligada aos campos da geografia e do planeamento territorial, procurou aferir o impulso democratizador nas políticas do novo regime. Nesses trabalhos, um traço significativo aponta que, após o hiato interventivo do PREC, a institucionalização do regime democrático *retoma*, em certo sentido, o modelo de ordenamento e provisão habitacional do Estado Novo. O Estado democrático surge emaranhado numa malha legislativa complexa e ineficaz (Gonçalves, 1997 [1989]), perpetuando um aparelho administrativo sem meios ou capacidade técnica, mantendo uma lógica decisória casuística que, note-se, tende a favorecer os interesses privados (Silva e Pereira, 1986). Na habitação, quando o impulso pós-Abril de promoção pública esmorece no final dos anos 70, a fraqueza de provisão pública é sucessivamente assinalada (Cardoso, 1983; Salgueiro, 1985; 1986; Ferreira, 1987a; Serra, 2002; Agarez, 2018). Como argumentou Baptista (2012), na literatura repetiu-se a imagem do país “não planeado” – uma leitura que comparou Portugal com a modernização euro-americana, mas que tendeu a negligenciar uma reflexão crítica sobre esse modelo. Contudo, como alguns trabalhos mostram, até houve planeamento nas autarquias que geriram a expansão metropolitana no pós-25 de Abril. O que faltou foi intervenção sobre a propriedade dos solos urbanos que, já no Estado Novo, era apontada como central para permitir a provisão habitacional e, daqui, o ordenamento urbano (Ferreira, 1987a; Drago, 2024). Foi a continuidade da lógica desigual do mercado fundiário, brevemente interrompida no PREC,

que ditou o desordenamento urbano. Sem políticas redistributivas que respondessem às desigualdades habitacionais, o desordenamento revelou-se impossível de combater. Finalmente, sobre o novo poder local democrático, criado pela Constituição de 1976, o diagnóstico das ciências sociais foi igualmente crítico pela sua impreparação, casuismo e fraca participação cidadã (Mozzicafreddo et al., 1988; 1989; Ruivo e Veneza, 1988).

ANOS 80: O TEMPO DOS “CLANDESTINOS”

Perante a fraqueza da resposta “democrática” à carência habitacional, em meados dos anos 80 as ciências sociais viram-se para analisar o modo como as classes populares urbanas iam fazendo a metrópole, no ciclo de expansão de “habitação ilegal” dos anos 1970 e 1980.

O foco sobre os “clandestinos” marcou um período importante no olhar das ciências sociais sobre a questão metropolitana em Portugal. Por um lado, serviu de mote à abordagem do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) que problematizou a fraqueza do Estado-providência português no cumprimento dos direitos sociais que a Constituição democrática tinha consagrado. A habitação nas periferias urbanas é uma dimensão do conceito de *sociedade-providência*, de Boaventura Sousa Santos, que apontava as relações de solidariedade familiar/comunitárias que permitiram colmatar carências sociais que não tinham resposta na provisão pública; e que, no mesmo movimento, permitiam dispersar eventuais conflitos políticos em torno dessas desigualdades (Santos, 1993). Por outro lado, o interesse pelos “clandestinos” surgiu no contexto da crise dos paradigmas estruturalistas nas ciências sociais dos anos 80 e abriu caminho a perspetivas mais culturalistas no enquadramento das formas populares de “fazer o urbano” (Ferreira, 1984; Soares, Ferreira e Guerra, 1985). Assim, em 1984, nasce no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) a revista *Sociedade e Território*, a publicação científica portuguesa mais claramente vocacionada para os debates sobre o urbano, onde os trabalhos sobre os “clandestinos” tomam forma mais sistematizada, juntando arquitetos, sociólogos e “planeadores”. Aí, acompanhando a primeira legislação do regime democrático sobre planeamento territorial dos anos 80, vão sendo publicados estudos sobre as periferias urbanas, assoladas pela pressão populacional. Revisitando essa literatura, Castela (2011) notava como o tema dos clandestinos tendeu, contudo, a ser tratado como uma especificidade cultural e identitária, contribuindo para a naturalização da desigualdade social que lhe subjazia.

ANOS 90: O PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO (PER) E O ARRANQUE DA FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

Nos anos 1990, com a criação do PER, os investigadores vão estar ligados à implementação das políticas habitacionais, produzindo estudos preparatórios deste programa de “erradicação das barracas”. Desse mergulho nos territórios emergem dois traços relevantes. Por um lado, dá-se destaque à diversidade das populações metropolitanas – emergem leituras que abordam a diversidade social que refaz a história da metropolização: as populações que chegaram na longa migração interna desde o pós-guerra; os que vieram no fim do império; e os novos fluxos migratórios, que se entrelaçaram nos bairros pobres e periféricos das cidades (Malheiros, 1998). Em segundo lugar, dessa experiência emerge também a crítica à lógica positivista do planeamento urbano, autoritária na relação com as comunidades pobres. O texto de Guerra (1994) – “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas” – será mote de leitura de múltiplos processos de “erradicação de barracas” que desrespeitaram comunidades consolidadas e recriaram guetos nos territórios metropolitanos (Cachado, 2013).

Nos mesmos anos em que o PER arrancava, nascia um outro processo que se tornou central na sociedade portuguesa – a financeirização da habitação. No seu trabalho seminal sobre a financeirização do capitalismo português, Rodrigues, Santos e Teles (2016) mostraram como a resposta à carência habitacional dos territórios urbanos assentou num modelo que assacou às famílias os custos da habitação, através do endividamento massivo perante o sistema financeiro – entretanto privatizado – que foi incentivado pelo Estado, fazendo da bonificação das taxas de juro a mais longa e persistente política de habitação do regime democrático. Esse modelo desenhou as metrópoles, mas configurou também uma economia assente na construção e no sector financeiro. Entre 1993 e 2007, o país construiu um número de fogos equivalente a mais de um terço das famílias residentes. Em 2011, no furacão da crise europeia, Portugal era o quarto país da União Europeia com maior número de fogos por famílias residentes; o estatuto de ocupante proprietário tornara-se esmagadoramente maioritário; e era um dos países europeus com maior endividamento privado. As implicações dessa mutação serão um foco de análise central das ciências sociais a partir da crise financeira de 2011-2014.

2011: DEPOIS DA QUEDA, A CRISE DE HABITAÇÃO VOLTOU À CIDADE

Na sequência da Crise Financeira Global de 2008 e do período da Troika, as ciências sociais portuguesas ganharam um novo interesse pela “cidade”. Desde

logo porque foi nos espaços urbanos que, durante a crise, se desenhou um novo modelo de crescimento ancorado no imobiliário e no turismo (Drago, 2021; Santos, 2019). Essa linha de inquirição coloca a habitação e a cidade no centro das transformações do pós-crise. Aqui, têm-se multiplicado as análises em torno dos processos de turistificação (Cocola-Gant e Gago, 2021), de gentrificação transnacional (Mendes, 2017) e dos traços de uma nova crise habitacional. Ao mesmo tempo, têm-se monitorizado criticamente as políticas públicas lançadas para responder à crise (Jorge e Oro, 2024).

O principal traço das políticas de habitação depois de abril de 1974 é a incapacidade do novo regime para desafiar as relações de propriedade fundiária. O mercado dos solos, já “liberalizado” no Estado Novo e com oferta para diferentes agentes (urbanizadores, “clandestinos”, etc.) permaneceu praticamente intocado pelos ventos da transição. Como escreveu Bruno Soares (1978), viveu-se uma transformação histórica da estrutura de propriedade fundiária na região de Lisboa, mas esse processo *feito pelo mercado* não desafiou as desigualdades sociais na metrópole. A partir dos anos 90, o modelo de aquisição de casa própria, assente na financeirização da habitação, também não alterou essa matriz de desigualdades. Portugal tornou-se uma democracia de proprietários da sua habitação, mas com uma configuração profundamente segmentada.

Talvez por isso, no presente, perante a corrida ao imobiliário como ativo rentável, a democracia portuguesa pareça ambivalente em desafiar as novas formas de extração de rendimentos a partir dessa propriedade habitacional, que é hoje um elemento de agravamento das desigualdades sociais. O país parece ver na cidade e no *stock* habitacional a chave de um modelo de crescimento para a sua economia desindustrializada e descapitalizada (Reis, 2018; Santos, 2019). Contudo, desde 2015 há uma repolitização da questão habitacional. Surgem novos atores políticos, novas agendas reivindicativas que denunciam a crise de habitação (Tulumello e Mendes, 2022). É uma *nova* crise. Hoje não são (ainda) as imagens de barracas que a ilustram; é antes a imagética da habitação de luxo e do alojamento turístico. Não são (ainda) os pobres urbanos quem vocaliza o novo conflito, mas as gerações mais jovens e de classe média. Contudo, esta não é uma crise de classe média – é antes *uma crise que corta pelo meio dos segmentos de classe média*. Dentro do *continuum* identitário que liga diferentes segmentos de classe média, temos agora *insiders* e *outsiders* perante a propriedade habitacional, com interesses contraditórios e irreconciliáveis. Isso é novo. O tempo em que a propriedade habitacional foi um elemento de legitimação política do regime, apesar da estrutura de desigualdades perdurar, parece ter chegado ao fim. O que significa este novo conflito na aspiração de democratizar a cidade? Os cientistas sociais aqui estão – a postos para o investigar e analisar, e para discutir os resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAREZ, R. (ed.) (2018), *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018*, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- BANDEIRINHA, J. A. (2007), *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BAPTISTA, I. (2012), “How Portugal became an ‘unplanned country’: a critique of scholarship on Portuguese urban development and planning”. *International Journal of Urban and Regional Research*, 36 (5), pp. 1076-1092.
- BAPTISTA, L. (1999), *Cidade e Habitação Social*, Oeiras, Celta Editora.
- CACHADO, R. (2013), “O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social”. *Análise Social*, 206, XLVIII (1), pp. 134-152.
- CARDOSO, A. (1983), *State Intervention in Housing in Portugal 1960-1980*. Tese de doutoramento, Reading, University of Reading.
- CASTELA, T. (2011), *A Liberal Space: A History of the Illegalized Working-class Extensions of Lisbon*. Tese de doutoramento, Berkeley, University of California.
- COCOLA-GANT, A., GAGO, A. (2021), “Airbnb, buy-to-let investment and tourism-driven displacement: A case study in Lisbon”. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 53 (7), pp. 1671-1688.
- DOWNS, C. (1983), “Residents’ commissions and urban struggles in Revolutionary Portugal”. In L. S. Graham, D. L. Wheeler (eds.), *In Search of Modern Portugal. The Revolution and Its Consequences*, Madison, WI, University of Wisconsin Press, pp. 151-179.
- DOWNS, C., SILVA, F. N., GONÇALVES, H., SEABRA, I. (1978), *Os Moradores à Conquista da Cidade*, Lisboa, Armazém das Letras.
- DRAGO, A. (2021), “Turismo e pandemia: fragilidades da internacionalização sitiada da economia portuguesa”. *Cadernos do Observatório*, 16.
- DRAGO, A. (2024), *A Cidade Democrática: Habitação e Participação Política no pós-25 de Abril*, Lisboa, Tinta-da-china.
- FERREIRA, A. F. (1984), “Crise do alojamento e construção clandestina em Portugal”. *Sociedade e Território*, 1, pp. 29-37.
- FERREIRA, A. F. (1987a), *Por Uma Nova Política de Habitação*, Porto, Edições Afrontamento.
- FERREIRA, V. M. (1975), *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política: A Intervenção do SAAL em Lisboa*, Porto, Edições Afrontamento.
- FERREIRA, V. M. (1986), “A cidade e o campo: uma leitura comparada do movimento social, 1974-75”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18-19-20, pp. 549-578.
- FERREIRA, V. M. (1987b), *A Cidade de Lisboa: De Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- GONÇALVES, F. (1997 [1989]), *Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851-1988)*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- GUERRA, I. (1994), “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”. *Sociedade e Território*, 20, pp. 11-16.
- JORGE, S., AITOR V. O. (2024), “O 1.º Direito da política de habitação. Um retrato nacional em curso”. In J. Reis, A. Drago (eds.), *O Regresso do Planeamento. Percursos e Perspectivas sobre o Planeamento Público em Portugal*, Lisboa, Actual Editora, pp. 341-362.
- MALHEIROS, J. (1998), “Minorias étnicas e segregação nas cidades: uma aproximação ao caso de Lisboa no contexto da Europa mediterrânica”. *Finisterra*, xxxiii (6), pp. 91-118.

- MENDES, L. (2017), “Gentrificação turística em Lisboa, neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009”. *Cadernos Metrópole*, 19 (39), pp. 479-512.
- MOZZICAFREDDO, J., et al. (1988), “O grau zero do poder local”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, pp. 45-59.
- MOZZICAFREDDO, J., et al. (1989), “Modelos de gestão e de legitimidade no sistema político local português”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 6, pp. 51-80.
- NUNES, J. P. (2011), *Florestas de Cimento Armado: Os Grandes Conjuntos Residenciais e a Constituição da Metrópole de Lisboa (1955-2005)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- PALEY, J. (2002), “Toward an anthropology of democracy”. *Annual Review of Anthropology*, 31, pp. 469-496.
- PEREIRA, R. S. (1963), “A problemática da habitação em Portugal – I”. *Análise Social*, 1 (1), pp. 33-66.
- PINTO, P. R. (2013), *Lisbon Rising. Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974-75*, Manchester, Manchester University Press.
- REIS, J. (2018), *A Economia Portuguesa. Formas de Economia Política numa Periferia Persistente (1969-2017)*, Coimbra, Almedina.
- RODRIGUES, J., SANTOS, A. C., TELES, N. (2016), *A Financeirização do Capitalismo em Portugal*, Lisboa, Actual Editora.
- RUIVO, F., VENEZA, A. (1988), “Seis questões pelo poder local”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25-26, pp. 7-20.
- SALGUEIRO, T. B. (1985), “A habitação na Área Metropolitana de Lisboa”. *Sociedade e Território*, 3, pp. 54-65.
- SALGUEIRO, T. B. (1986), “A promoção habitacional e o 25 de Abril”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18-19-20, pp. 673-691.
- SALGUEIRO, T. (1992), *A cidade em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- SANTOS, A. C. (ed.) (2019), *A Nova Questão da Habitação em Portugal: Uma Abordagem de Economia Política*, Coimbra, Actual Editora, pp. 15-52.
- SANTOS, B. S. (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.
- SANTOS, B. S. (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português”. In B. S. Santos (ed.), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 17-56.
- SANTOS, R. (ed.) (2016), *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL: Oeiras*, Lisboa, Edições Tinta-da-china.
- SERRA, N. (2002), *Estado, Território e Estratégias de Habitação*, Coimbra, Editora Quarteto.
- SERRA, N. (2019), “Quanto custa ser parente pobre? Do lugar periférico da habitação nas políticas sociais à sua centralidade no processo de financeirização”. In A. Santos (ed.), *A Nova Questão da Habitação em Portugal – Uma Abordagem de Economia Política*, Lisboa, Actual Editora, pp. 275-291.
- SILVA, F. N., PEREIRA, M. (1986), “Ilusões e desilusões das periferias na Área Metropolitana de Lisboa”. *Sociedade e Território*, 5, pp. 14-24.
- SOARES, L. B. (1978), “Sobre o desenvolvimento urbano de Lisboa. I – Alguns aspetos determinantes da situação atual”. *Poder Local — Revista de Administração Democrática*, 6, pp. 40-49.

- SOARES, L. B., FERREIRA, A. F., GUERRA, I. (1985), “Urbanização clandestina na Área Metropolitana de Lisboa”. *Sociedade e Território*, 3, pp. 67-77.
- TULUMELLO, S., MENDES, L. (2022), “Movimentos sociais urbanos em tempos de crise”. In A. Drago (ed.), *A Segunda Crise de Lisboa*, Lisboa, Actual Editora.

Recebido a 22-11-2024. Aceite para publicação a 18-06-2025.

DRAGO, A. (2025), “As ciências sociais e os ‘três Dês’ da cidade pós-Abril: desigualdade, desordenamento e a democracia”. *Análise Social*, 257, LX (4.º), e44068. <https://doi.org/10.31447/44068>.

Ana Drago » drago.ana@gmail.com » Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra » Colégio da Graça, Rua da Sofia, 136-138 — 3000-389 Coimbra, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-9148-3380>.
